

POVOS INDÍGENAS E ALTERNATIVAS DE MANEJO FLORESTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Relato de uma experiência em curso para a elaboração de um plano de manejo de recursos naturais renováveis na Área Indígena Xikrin do Catete^(*)

(Versão preliminar, 04.10.94)

Isabelle Vidal Giannini^(**)

NÃO REPRODUZIR OU PUBLICAR SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA AUTORA

(*) Estudo de caso preparado para o workshop Traditional Peoples and Biodiversity Conservation in Large Tropical Landscapes, organizado por The Nature Conservancy, cidade do Panamá, 13 a 17 de novembro de 1994.

(**) Antropóloga e bióloga, faz pesquisas entre os Xikrin do Cateté desde 1984, é coordenadora do Projeto Xikrin no INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. (tel. 55-11-825-5544; fax: 55-11-825-7861; Internet: socioamb.@ax.apc.org)

"É possível articular estruturas locais, periféricas e equilibradas a um espaço global, centralizado e cujo ímpeto é converter toda diferença em energia e valor?"
(Almeida, 1988)

"Nós civilizações, sabemos hoje que somos mortais".
Paul Valéry, Variété I. La crise de l'esprit, 1 carta.

Sumário

Apresentação

Os Xikrin do Cateté e os Kaiapó.....	06
O território e a Área Indígena	09
O desmatamento na Amazônia brasileira: uma visão geral	10
Os Xikrin: situação atual e o modelo predatório	11
Diálogo e alternativas	13
Do inventário ao plano de manejo	14
Perspectivas.....	15

Notas

Fontes

Apresentação

Durante o processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e na Convenção Sobre a Conservação e o Uso Sustentável da Diversidade Biológica, foi reconhecido o papel importante que as comunidades tradicionais têm na manutenção e desenvolvimento da biodiversidade.

A diversidade ecológica hoje existente, em grande parte, foi mantida por causa da diversidade cultural e das diferentes técnicas de manejo praticadas por populações tradicionais. No entanto, faltam investigações sérias sobre o potencial desconhecido que há na interface entre a maior diversidade cultural e a maior diversidade biológica. No Brasil, por exemplo, são recentes as pesquisas sobre os etnoconhecimentos indígenas e sobre as formas que estas populações manejam e dominam o seu meio ambiente.

São inquestionáveis, porém, as contribuições e heranças indígenas de inúmeras espécies vegetais utilizadas na nossa alimentação ou que fazem parte da economia mundial.

Ao tratarmos de populações tradicionais e conservação da biodiversidade devemos entender que uma política global de proteção ambiental se baseia, antes de mais nada, em estratégias de sobrevivência e autonomia das culturas locais.

A problemática que se coloca no nível do desenvolvimento de um projeto socioambiental é: como conciliar na prática a questão de populações e meio ambiente? Inúmeras questões estão na mesa e podemos, antes de entrar no caso específico dos índios Xikrin do Cateté, inumerar algumas delas:

1 - A visão de unidades independentes entre sociedade e natureza. De um lado, visões radicais que privilegiam o homem em detrimento da natureza, de outro, visões que privilegiam a natureza em relação ao homem.

2 - As atividades de conservação da biodiversidade devem se submeter ou serem direcionadas por paradigmas internacionais ou pelas prioridades locais?

3 - Como conciliar direitos coletivos, conservação de recursos naturais e de patrimônio cultural?

4 - Como conciliar a demanda de um mercado consumidor seletivo e em grande escala com a conservação da biodiversidade e a sobrevivência da diversidade cultural?

4 - Como conciliar projetos econômicos alternativos com frentes de expansão agressivas?

Este artigo relata uma experiência em curso envolvendo uma comunidade indígena e uma ONG (o Instituto Socioambiental) na Amazônia brasileira para elaborar e implantar um plano diretor de manejo de recursos florestais renováveis, como alternativa ao modelo de exploração predatório em vigor na região do sudeste do estado do Pará.

Desde 1990 a equipe do Programa Povos Indígenas no Brasil do CEDI⁽¹⁾, com apoio jurídico do NDI⁽²⁾, vem desenvolvendo com os Xikrin do Cateté - uma comunidade indígena do povo Kaiapó que vive na Amazônia oriental - atividades de investigação participativa e de mobilização social, objetivando inventariar os recursos renováveis existentes nos 439.150 hectares de suas terras e construir alternativas de manejo que garantam três resultados: 1) a curto prazo, afastar ou enfraquecer as possibilidades de reatamento dos interesses da comunidade indígena, ou de parte dela, com os agentes econômicos do modelo regional predatório de exploração dos recursos florestais, especialmente as empresas madeireiras interessadas no corte do mogno; 2) a médio prazo, gerar um volume regular de renda monetária compatível com as demandas indígenas por bens e serviços; e, 3) a longo prazo, promover a sustentabilidade socioambiental da área indígena e a difusão do modelo para outras áreas indígenas, especialmente para as demais áreas Kaiapó.

Os Xikrin do Cateté e os Kaiapó

Antes de entrar propriamente no relato da experiência em curso entre o Instituto Socioambiental e os Xikrin do Cateté para construir um plano de manejo sustentável de recursos florestais, seria importante recuperar algumas informações sobre a história e a organização social, de modo a compor um perfil básico dessa comunidade do povo Kaiapó.

Os Xikrin do Cateté são um subgrupo do povo Kaiapó que habita uma vasta área do Brasil Central entre os rios Tocantins, Araguaia e Xingu, no sudeste do Pará (vide mapa). São falantes de uma língua do tronco macro Gê, assim como a grande maioria dos povos nativos do Planalto Central brasileiro.

Several designations were used in the historical sources to refer to the Kaiapo-Xikrin⁽³⁾. The great-grandfather of Bepkaroti - a Xikrin chief who died in 1971 at the age of approximately eighty-five - was alive then and living near the Cateté-Itacaiunas Rivers where these Indians still abide (Vidal, 1977:27). This means that the Xikrin probably already occupied this area around 1810-1820 and they had probably separated from the other Kaiapo prior to that date. In any case, the separation of the Xikrin from the kaiapó ancestor's groups occurred a very long time ago: any estimation or historical reconstruction remains merely speculative, as Xikrin oral history is apparently mute and matter (Vidal 1977: 25-26).

No passado remoto e até recentemente os Xikrin empreenderam muitas migrações territoriais. Today, there are two Xikrin groups: 1) a major one, located along the Catete River, contacted in 1953 and numbers little more than three hundred persons, living divided over two villages; 2) a second group - located near the Bacaja River - was contacted in 1961 and numbers some two hundred.

A organização social dos Xikrin do Cateté é uma variante do padrão tradicional kaiapó, uma sociedade baseada em metades rituais e políticas, estratificadas por idade e com marcada divisão de trabalho entre os sexos.

A aldeia Xikrin atual, por exemplo, mantém o padrão tradicional kaiapó com formato circular, composto por casas que abrigam famílias extensas uxori-locais. No centro da aldeia está situada a Casa dos Homens, espaço masculino, político, jurídico e ritual.

O universo kaiapó possui uma ordenação espacial nitidamente estruturada e revela uma integração bem sucedida entre adaptação ao meio ambiente e organização social.

O Xikrin do Cateté não trabalham para regionais e não vendem os produtos da agricultura, plantando somente para subsistência. Comercializaram a castanha-do-pará e dedicam-se, em pequena escala, à confecção de artesanato, vendido em Carajás ou Belém. Permitiram a extração de mogno em sua área.

Como atividades exógenas ao grupo eles conhecem três maneiras de fazer dinheiro: a venda da madeira, o garimpo e a pecuária. Eles nunca, porém, se consideram como atuantes nestas atividades realizadas por "brancos", se beneficiando apenas dos lucros. Isto é, estas atividades não interferem no seu trabalho e vida tradicional. Deterioram entretanto, o seu território, fauna e flora. E isto eles sabem.

Apesar das mudanças drásticas e rápidas às quais são submetidos, os Xikrin continuam desempenhando suas atividades de subsistência tradicionais. A agricultura é de coivara e planta-se várias qualidades de batata doce, inhame e bananas, macaxeira e milho. Após o contato, diversificaram os produtos.

Definem-se como essencialmente caçadores, apesar de sua dependência dos produtos da roça. Semi-nômades, as atividades de subsistência são cíclicas e sazonais. Há épocas de fartura e de escassez. O hábito de perambulação pela área, além de diversificar a dieta, permite um manejo muito bem planejado de diversos ecossistemas, sem exaustão de uma única área. Muitos rituais dependem destas perambulações, que são essenciais para o provisionamento de alimento para promover as cerimônias e de outros produtos

não encontrados no entorno da aldeia. Por exemplo, os coités para confecção de maracás cerimoniais, somente encontrados nos campos da cabeceira do rio Itacaiúnas, plantas medicinais, fibras, cera de abelha, almacegas, penas de aves.

Joan Bamberger (1967) sugere que eles sempre ocuparam zonas ecológicas de transição, campo, floresta e cerrado de forma a terem o fácil acesso a uma grande variedade de espécies vegetais e animais, explorada de maneira planejada.

Para Darell Posey (1986), os Kaiapó, além de explorar de forma racional vários ecossistemas, teriam desenvolvido técnicas elaboradas de transformação de campos e cerrado em "ilhas de floresta" com espécies semi-domesticadas ou "ilhas de recursos". Haveria também uma certa manipulação da fauna ou uma semi-domesticação dos animais.

Entre os Xikrin do Cateté não observei estas técnicas descritas por Posey e tampouco obtive informações sobre estas formas de manejo. O que se observa é que roças tidas como abandonadas são na realidade fontes de aprovisionamento, durante um longo período de tempo, de diversos produtos como por exemplo, lenha, batata doce, frutos, genipapo e urucum (utilizado na pintura corporal), babaçu (para óleo) e plantas medicinais, espécies plantadas intencionalmente, assim como certas espécies encontradas ao redor das casas e plantadas com sementes ou mudas obtidas durante as perambulações na área. Sobre a manipulação ou semi-domesticação dos animais (principalmente abelhas) os Xikrin negam esta prática, tanto entre eles como entre os Gorotire, e acrescentam: "isto é coisa de branco".

Os Xikrin conhecem e distinguem, em detalhes, a fauna e a flora. Eles reconhecem não somente a diversidade biológica (variedade de espécies da fauna e flora) como também a diversidade ecológica (variedade de ecossistemas). A conservação pela sociedade Xikrin da diversidade biológica e ecológica é de extrema importância para a perpetuação social dos conhecimentos e da utilização pragmática e simbólica dos sistemas de classificação da biodiversidade.

Para citar um exemplo, das 138 espécies arbóreas inventariadas recentemente por nós com a participação de membros da comunidade na Área Xikrin do Cateté, todas são nomeadas na língua indígena e 89 são de utilização tradicional, seja para a elaboração de artefatos, ou como lenha, ou alimentação, ou para construção e usos medicinais, ou ainda para caçar. Em um levantamento específico sobre a avifauna, foram identificadas 199 espécies de aves cuja nomenclatura se divide em onomatopéica ou descritiva, evidenciando através do próprio nome o conhecimento auditivo, morfológico e comportamental das espécies. Os Xikrin possuem um conhecimento minucioso de seu meio. Este é um conhecimento transmitido através de gerações e que vai além da utilização pragmática e simbólica, eles ordenam e classificam o meio natural. Os Xikrin de certa forma se "gabam" destes conhecimentos e sentem um enorme prazer em transmiti-los.

É importante esclarecer, porém, que as relações entre a sociedade Xikrin e a Natureza não estão pautadas exclusivamente no conhecimento da biodiversidade ou em técnicas de manejo. Existem sistemas complexos no trato das relações entre a sociedade Xikrin e os diferentes domínios cósmicos. Sistemas de relações que ficam evidentes em campos diversos da vida social, como os rituais de nomeação e iniciação, a medicina indígena, o xamanismo, a noção de pessoa, o contágio, as doenças e os tabus alimentares (Giannini, 1991).

A vida sedentária e nômade entre os Kaiapó, além do efetivo manejo da área como um todo, desempenha um papel importante em vários aspectos da organização social. Existe entre os Kaiapó, uma necessidade permanente de mobilização dos agrupamentos masculinos e das chefias. Antigamente, estes movimentos organizados se davam através de movimentos territoriais tanto para atividades de subsistência - caça e pesca coletiva - como para expedições guerreiras contra outros grupos étnicos para a obtenção de "riquezas" a serem incorporadas.

Estes movimentos parecem ser um componente vital no equilíbrio e na dinâmica da sociedade Kaiapó, enquanto ordem política. Talvez sejam o modo mais importante de reforçar e reafirmar a solidariedade política e social dos agrupamentos masculinos. No passado, para se contrapor aos agrupamentos femininos (às "casas"), ou fazer frente a grupos externos; atualmente, para se contrapor à sociedade brasileira. Neste sentido, há uma contradição permanente entre a necessidade de se relacionar com a sociedade envolvente para a obtenção de bens ou de "riquezas" e a necessidade constante de mobilização contra esta mesma sociedade, evidenciando as diferenças.

No início do contato, as investidas contra os não-índios se davam para a obtenção de bens como armas, redes, panelas. Atualmente, a pauta de bens a serem conquistados se diversificou e passou a incluir carros, roupas, produtos alimentícios, aviões, casas de alvenaria, motores, câmeras de vídeo, antenas parabólicas, etc. A conquista destas "riquezas" possui um significado simbólico. Estas conquistas se assemelham à obtenção, através das atividades guerreiras, no passado, de certos bens de outros grupos étnicos e que foram reinterpretados e incorporados à vida social e ritual dos Kaiapó. Esta demanda cresceu e tornou-se imprescindível: a posse ou controle de bens de origem externa passou a ser cada vez mais, em si mesmo, um símbolo e fonte de status dentro da comunidade.

Os Xikrin do Cateté competem com outros grupos Kaiapó, com a Funai, com regionais, com madeireiros e com a CVRD. Possuem um valor extremamente presente no seu comportamento e na avaliação que fazem das diferentes situações, denominado piãym, termo que pode ser traduzido por distância social, o que permite a identidade do grupo, vergonha, respeito ou ainda honra. Os Xikrin, através das conquistas de certos bens da sociedade envolvente, fortalecem a sua identidade e resgatam a noção de humanidade Xikrin. De certa forma neutralizam simbolicamente a desigualdade entre si mesmos e a sociedade brasileira⁽⁴⁾.

Os Xikrin reconhecem a língua mêngokré (Kaiapó) como o elemento comum entre os diferentes grupos conhecidos como Kaiapó. As comparações entre os Xikrin e os outros grupos Kaiapó são feitas constantemente de modo que se evidenciem as nuances existentes entre eles. Diferenças lingüísticas, na cultura material, nas crenças, nos rituais e até mesmo na personalidade. Estas diferenças despertam um grande interesse por parte dos grupos que trocam constantemente informações entre si.

De modo geral, a vida dos Kaiapó com relação às atividades de subsistência, à estrutura sócio-política e às manifestações culturais, é bastante homogênea. As diferenças entre os grupos devem-se às sucessivas cisões, à maneira diversificada de se adaptar ao meio ambiente (floresta e cerrado) e a uma evolução interna a cada grupo segundo contingências específicas, como a configuração demográfica, o contato intertribal e interétnico.

Historicamente, os Xikrin mantiveram relações hostis e constantes expedições guerreiras principalmente contra o grupo Kaiapó-Gorotire. Fazia parte da formação de um jovem Xikrin guerrear com os Gorotire e vencer era considerado uma façanha. Atualmente a relação entre os grupos demonstra uma certa flexibilidade: ora o discurso evidencia as diferenças e os conflitos entre os grupos, ora uma identificação entre os grupos, ficando visível uma estratégia macropolítica.

Os Kaiapó são em sua maioria monolíngües, somam hoje cerca de quatro mil pessoas em 15 comunidades e têm reconhecidos oficialmente pelo governo federal brasileiro em torno de 13 milhões de hectares de terras - divididos em sete territórios - cobertas basicamente por floresta tropical úmida (ver mapa 1).

Trata-se do caso mais espetacular de recuperação territorial e de afirmação de identidade étnica na cena pública da história recente do Brasil, o que lhes valeu o reconhecimento emblemático na luta dos índios por direitos no processo de redemocratização e de elaboração da nova Constituição Federal aprovada em outubro de 1988; e, após o célebre Encontro de Altamira em 1989⁽⁵⁾, um lugar de destaque no panteão planetário dos guardiões do equilíbrio ecológico.

Paradoxal e simultaneamente, a ascensão do povo Kaiapó como símbolo de causas justas foi acompanhada da inserção ativa da quase totalidade das suas comunidades locais na viabilização da exploração predatória de recursos naturais dos seus territórios, especialmente do ouro de aluvião e das madeiras de lei, sobretudo o mogno.

O modelo de "aculturação" e de exploração de recursos naturais implantado entre os Kaiapó a partir de 1981 pelo governo militar, através do chamado "Projeto Cumarú", fixou na Área Indígena Kaiapó milhares de garimpeiros anteriormente expulsos pelos índios. Os Kaiapó-Gorotire foram convencidos pelo SNI e pela Funai, órgãos do governo federal, a permitirem a presença dos garimpeiros, em troca de royalties e da demarcação das suas terras. Simultaneamente começou o assédio - via de regra incentivado oficialmente - das companhias madeireiras. Os royalties e os lucros dessas operações geraram uma oligarquia indígena, rompendo as regras tradicionais de sucessão de lideranças entre os Kaiapó, crescentemente divorciadas dos anseios e das necessidades das suas comunidades.

Estimativas pessimistas e subestimadas avaliam que saíram das áreas kaiapó mais de setecentos mil metros cúbicos de mogno em dez anos, entre 1983 e 1993 (PIB/CEDI, 1991a; CEDI, 1993), vendidos pelos índios aos madeireiros pelo preço médio de US\$ 30/40 por m³, enquanto em 1987, por exemplo, o preço do m³ de mogno para exportação era de US\$ 464,34. Atualmente, o preço do m³ chega a US\$ 1,000 e o preço na Europa a US\$ 3,000.

Com referência ao ouro, também não há dados confiáveis coligidos e organizados, mas segundo informações obtidas para somente um mês de exploração, no ano de 1989, foram extraídos 54.879 kg de ouro na área de controle direto da comunidade Kaiapó de Gorotire, com um rendimento líquido de 70 mil dólares pagos aos índios por garimpeiros e empresas compradoras (PIB/CEDI, 1991b).

É absolutamente relevante para o entendimento da situação aqui tratada que, tanto na exploração madeireira como na aurífera, os Kaiapó participam desse processo com marcado estilo próprio: dedicam-se exclusivamente às atividades de fiscalização e controle, cobrando taxas em dinheiro frequentemente estabelecidas em contratos assinados por intermediários indígenas diretamente com empresas e grupos de interesse regionais. Tudo isso com a facilitação e/ou concordância ou mesmo à revelia dos representantes locais das autoridades federais. A renda obtida nesses negócios é manejada diretamente pelos Kaiapó, favorecendo bastante os interesses particulares dos intermediários indígenas, mas compensando as comunidades através de gratificações em espécie e em dinheiro vivo às chefias tradicionais e aos guerreiros.

Diante do volume de recursos envolvidos nas operações de ouro e madeira e do vigor e velocidade da macropolítica Kaiapó, baseada no controle direto de recursos financeiros e de um sistema próprio de transporte (incluindo uma frota de carros e aviões) e comunicação (através de radiofonia, telefone e vídeo), qualquer proposta alternativa de manejo de recursos florestais a médio e longo prazos, baseada na idéia da sustentabilidade, soava ingênua.

O território e a Área Indígena

O histórico das mudanças e migrações dos Xikrin, incluindo um vasto curriculum de conflitos com outros grupos Kaiapó, outros povos indígenas e populações extrativistas não-indígenas, conformou uma concepção territorial que vai muito além dos atuais limites da demarcação física da Área oficialmente reconhecida pelo governo brasileiro na década de 80: extrapola, a leste, para a área de posse da Companhia Vale do Rio Doce e, ao sul, vai além da rodovia PA-279, englobando a área hoje ocupada pela cidade de Tucumã, estendendo-se até o rio Araguaia; ao norte, vai até o rio Bacajá, ao sul da cidade de Altamira.

Os Kaiapó-Xikrin do Cateté contam atualmente com uma população de 506 indivíduos que vivem numa aldeia localizada na margem esquerda do rio Cateté, no município paraense de Parauapebas, dentro de um território reconhecido pelo Governo Federal com

uma área de 439.150,5 ha e um perímetro de 372,5 km. Denominada oficialmente Al Xikrin do Cateté, esta área está demarcada fisicamente desde 1981 e homologada por decreto do presidente da República nº 384 de 24 de dezembro de 1991⁽⁶⁾.

A região habitada pelos Xikrin do Cateté é definida como Baixo Amazonas, com ecossistemas de floresta tropical, clima quente e muito úmido, com altos índices pluviométricos. Zona de transição ecológica onde florestas altas e cerrados se misturam proporcionando uma alta diversidade biológica.

Resultados obtidos a partir de pesquisa em unidades amostrais, com análises fitossociológicas, apontaram para a área como um todo o índice de diversidade 3.36, considerado alto.

Partindo-se de um mapa da cobertura vegetal, com base em imagens de satélite e levantamento de campo, com verificação de GPS, determinou-se uma classificação preliminar da cobertura vegetal da área indígena, agrupadas em quatro categorias:

- 1 - Floresta, caracterizada por árvores de grandes dimensões (acima de 25 m), sub-bosque limpo, típica floresta natural primária. Mantém a presença de um grande número de árvores emergentes.
- 2 - Cerrado, caracterizada por árvores de baixa altura (aprox. 20 m), completamente coberta com cipós lenhosos nas áreas mais acidentadas.
- 3 - Floresta com intervenção antrópica com presença de espécies que caracterizam uma floresta secundária, apresentando uma vegetação típica de etapas sucessionais.
- 4 - Não nomeada (campo sujo), caracterizada por uma vegetação baixa, coberta de liana, com presença de árvores de baixa altura e algumas de grandes dimensões. Grande quantidades de palmeiras, principalmente açai (*Euterpe oleracea*). A região é aparentemente úmida.

Em relação ao estudo de solo, a área pode ser considerada homogênea com pequenas variações dentro dos podzólicos vermelhos-amarelos. Predominam solos de baixa fertilidade e com camada superficial arenosa e subsuperficial média e argilosa e com pedregosidade. De forma mais geral não se constatou uma relação direta entre a vegetação e os solos do ponto de vista morfológico, físico e químico principalmente no que se refere às fisionomias de cerrado e floresta. As relações mais consistentes apresentam-se nos castanhais onde existe uma tendência de solos menos férteis e de textura média e argilosa e nos maciços de açai que sempre estão associados a solos hidromórficos (encharcados).

A classificação vegetal e de solos devem ser consideradas como preliminares, devido à extensão da área que impede uma classificação precisa das tipologias vegetais e tipos de solos existentes. Certamente, ao se realizar um trabalho de campo mais intenso, obteremos maiores informações que permitirão, paulatinamente, aperfeiçoar o mapeamento da área.

A área apresenta uma topografia que varia de 200 a 850 metros sendo a maior parte da área plana com algumas concentrações de relevo elevado. Há uma considerável rede hidrográfica formada por rios perenes de dimensões médias e inúmeros igarapés.

O desmatamento na Amazônia brasileira: uma visão geral

Brasil e Índia produzem mais da metade de toda a madeira serrada tropical. Em ambos os casos a produção é aproveitada para satisfazer também necessidades internas, substituindo material de construção que de outra maneira teria de ser importada (Dennis Dykstrat e Rudolf Heinrich).

No caso específico do Brasil a expansão da fronteira amazônica teve início há 25 anos com a construção de estradas; seguida de pequenos colonizadores e, posteriormente, da ocupação por fazendeiros pecuaristas. Ambos se confrontaram com solos pobres, pragas, doenças e espécies forrageiras pouco adaptadas e, apesar dos incentivos governamentais na forma de créditos subsidiados, não obtiveram sucesso econômico (Christopher Uhl et alii, 1990).

O esgotamento dos estoques madeireiros na região sul do Brasil levou a expansão desta atividade para a região amazônica. Para se ter uma idéia, no período de 1976 a 1988, a produção total de madeira em tora dos estados do Sul do Brasil diminuiu de 15 milhões para 7,9 milhões de m³ (ou seja, de 47% para 17% da produção total de madeira do Brasil - IBGE, 1988). Durante o mesmo período, a produção de madeira em tora na região Norte aumentou de 6,7 para 24,6 milhões de m³ (54% do total do Brasil). Ao mesmo tempo, a exaustão antecipada dos estoques de madeiras na Ásia, responsável pela oferta da maior parte da madeira no mercado internacional (Nectoux e Kuroda, 1989; Bee, 1990), poderá proporcionar a abertura de novos mercados para as madeiras da Amazônia. O Brasil, que possui quase um terço das florestas tropicais do mundo, está na posição de dominar o comércio de madeiras tropicais no século vinte e um. A maioria (87%) da produção de madeira em tora na região Norte do Brasil ocorre no estado do Pará (IBGE, 1988 e Adalberto Verissimo et alii).

Infelizmente, uma das características da exploração predatória é provocar a extinção comercial das espécies nobres de madeira, como o mogno, nas regiões onde ocorre. Em anos passados, o mogno foi extinto em todo o Vale do Tocantins. Em anos recentes, a espécie foi desaparecendo progressivamente da margem direita do rio Xingu e, agora, a sua exploração já se concentra na margem esquerda do mesmo rio.

Na realidade isto é fruto de uma mentalidade de extração colonialista enraizada já há alguns séculos na indústria madeireira. Este modelo levou, no sul do Brasil, à extinção do pau-brasil, entre outras espécies.

A atividade madeireira, no processo de exploração da Amazônia, extrapolou as áreas autorizadas e não poupou áreas florestais públicas ou pertencentes a terceiros. Dessa forma, tem atingido até mesmo áreas sob rígida proteção legal, incluídas as unidades de conservação ambiental e as terras indígenas.

A chamada Amazônia Legal no Brasil tem uma extensão de 500.681.680 ha, incluindo nove estados, com aproximadamente 160 povos indígenas contatados. As áreas indígenas somam 358 áreas num total de 91.704.613 ha, ou seja, 18,31% das terras da Amazônia brasileira. Estes dados incluem 66 áreas sem providência, 30 identificadas, 08 interditas, 85 delimitadas e 169 homologadas. Em 1993, foi elaborado pelo CEDI um dossiê sobre a situação da exploração madeireira nas áreas indígenas da Amazônia. Embora os dados coligidos então fossem qualitativamente heterogêneos e quantitativamente subestimados e de abrangência apenas parcial, das 254 áreas indígenas delimitadas e homologadas oficialmente na Amazônia brasileira, pelo menos 23 estavam sendo exploradas ilegalmente por madeireiras.

Os Xikrin e o modelo predatório

Até muito recentemente, a sociedade Xikrin viveu isolada. Mesmo o entorno de sua área permaneceu praticamente sem nenhum tipo de ocupação até meados da década de 70. Esse isolamento, no entanto, acabou no ano de 1979, com a construção da rodovia estadual PA-279, que liga as cidades de São Félix do Xingu à Redenção, localizadas no estado do Pará.

Essa estrada, construída dentro do conjunto de obras integrantes do Programa Pólo-Amazônia, teve como objetivo principal servir à implantação do Programa Grande Carajás, de responsabilidade da sociedade de economia mista (estatal e privada), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), localizado, ao norte e a leste, em terras limítrofes à Área Indígena Xikrin.

No limite norte, a Al Xikrin do Cateté faz fronteira com a Floresta Nacional do Tapirapé/Aquiri, onde a CVRD pretende implantar o Projeto Salobo para exploração de cobre. A leste corre o rio Itacaiúnas, fronteira natural com a área de posse da CVRD, onde está em operação o megaprojeto de exploração de minério de ferro, ligado ao mercado externo diretamente por ferrovia ao porto de Itaqui, no Maranhão, e o projeto de extração de ouro. O limite sul acompanha paralelamente a rodovia PA-279,

aproximadamente a oito quilômetros ao norte dela. No limite oeste há uma linha seca que exclui as cabeceiras dos rios Bekware e Bepkamrikti, afluentes do rio Cateté. Tanto o limite sul como o oeste são altamente vulneráveis e vêm sofrendo pressões de madeireiras que atuam na região.

No caso da Al Xikrin do Cateté, diferentemente do que ocorreu a partir dos anos 80 em outras áreas Kaiapó, não houve exploração de ouro. Mas, a partir de 1976 até 1985, ocorreram invasões de madeireiras, às quais os Xikrin reagiram, até agressivamente (Vidal & Giannini, 1991).

Em 1989, no entanto, lideranças Xikrin firmaram contratos com as empresas Bannach e Perachi para exploração seletiva de "mais ou menos" 20.000 m³ de mogno durante o período de cinco anos. Estima-se que, apesar dos contratos, foram explorados mais de 5.000 m³ por ano, além do fato de muitas árvores da espécie mogno serem serradas, danificadas e abandonadas no local.

Em 1992, os Xikrin tiraram as madeireiras de sua área. Como nas demais comunidades Kaiapó, os Xikrin nunca se envolveram diretamente nos trabalhos de extração, reservando-se a posição de fiscalizá-la, apropriando-se dos recursos monetários e bens resultantes de contratos diretos, sem qualquer assessoria técnica florestal, econômica ou jurídica externa.

É importante que se tenha uma noção do efeito nocivo do empreendimento madeireiro sobre os índios. Em uma análise de "fichas de controle" da madeireira Exportadora Perachi⁽⁷⁾, verifica-se que esta atendia aos índios por meio do pagamento de várias das suas necessidades, permitindo um fluxo constante de dinheiro que os mantinha, em verdade, sob sua completa dependência. Por exemplo, num período de apenas seis meses do ano de 1991, é possível notar que o valor dispendido com o pagamento dessas necessidades é de US\$ 566.193,00. Entretanto, não se sabe se os índios Xikrin tinham conhecimento dos valores declarados. Isso para não falar que, em momento algum, qualquer crédito foi registrado em favor dos Xikrin pela retirada da madeira de suas terras, transformando-os em eternos devedores.

A exploração predatória da área indígena, sobre a qual os Xikrin têm poucas condições de exercer algum tipo de controle, a degradação do seu patrimônio ambiental e a desestruturação social, são o triste retrato do resultado final dessa operação.

O modelo de extração seletiva é altamente predatório, pois embora priorize retirar as árvores mais valiosas do ponto de vista comercial, neste caso o mogno, traz consigo um potencial incalculável de destruição (direta e colateral) com relação à floresta como um todo.

Para se ter um idéia, um estudo (Viana, Giannini e Pavan, 1991) sobre o impacto da exploração ilegal de 2.761,39 m³ de mogno na área sul da reserva indígena Xikrin, praticada pela madeireira Bannach⁽⁸⁾, concluiu que a porcentagem da área explorada com impactos diretos pela supressão da vegetação foi de aproximadamente 26% da área total. Esses dados, ainda que subestimados, revelam o potencial destrutivo do modelo seletivo predatório praticado pelas madeireiras. Apesar de não se ter efetuado uma avaliação específica sobre a ação das madeireiras na Al Xikrin do Cateté, pode-se ter uma idéia dos danos causados com a exploração de mogno, extraído durante um período de quatro anos.

O cruzamento de informações existentes em imagens de satélite de 22 de junho de 1992, com informações de campo georreferenciadas, permitiu confirmar a existência de estradas ilegais abertas pelas madeireiras, percorrendo toda a Área Indígena e formando uma verdadeira teia de aranha num total subestimado de 390 kms (ver mapa 2). As madeireiras não pouparam nem mesmo as áreas de castanhais e, como dizem os Xikrin, "onde abriu estrada só nasce paxiuba e espinheiro, não dá para andar". Ou como diz o velho líder Bemoti "aprendi com meu pai a andar na floresta, a conhecer os caminhos, agora não conheço mais".

Diálogo e alternativas

A exploração de mogno por empresas madeireiras causou uma divisão interna entre os Xikrin do Cateté e os descontentes buscaram um diálogo com a antropóloga sua conhecida e falante da língua kaiapó, Isabelle Giannini, que passou a contar para tanto com o apoio institucional do PIB/CEDI e do NDI, a partir de 1990.

As lideranças mais velhas demonstravam descontentamento com a falta de controle sobre o processo desencadeado por jovens líderes que intermediavam o relacionamento com as madeireiras, reproduzindo o modelo predominante nos outros grupos Kaiapó. Apesar da insistência dos velhos em manter essa interlocução crítica, em repetidas conversas formais na Casa dos Homens no centro da aldeia, o processo em direção à abertura de um espaço político real para se esboçar uma alternativa ao modelo predatório não foi linear e, ao contrário, apresentou marchas e contramarchas.

Na estação chuvosa de 1990, com apoio dos advogados do NDI, os Xikrin cancelaram formalmente os contratos existentes com as madeireiras, reatados logo a seguir no início da estação seca.

As conversas caminharam rumo à tentativa de demonstrar aos Xikrin os baixos rendimentos obtidos nos contratos em vigor, os efeitos ambientais danosos e a não sustentabilidade a longo prazo do modelo de exploração madeireira. Logo descobriu-se que essa estratégia de argumentos, embora soasse interessante aos Xikrin, não vinha acompanhada de soluções capazes de fazer frente ao lucro fácil do período da safra (maio/outubro) e aos presentes do período de "namoro" (março/abril) oferecidos anualmente pelas madeireiras. Aliás, de acordo com essa dinâmica, observou-se que o período preferido de interlocução com as ONGs em busca de "alternativas", por parte dos Kaiapó em geral e dos Xikrin em particular, era justamente o da entressafra (novembro a fevereiro), período do ano em que o ingresso de renda monetária era baixo.

Na estação chuvosa e de seca do ano seguinte, 1991, houve uma continuidade nas discussões com a comunidade. Em julho, iniciou-se aí uma série de atividades de investigação florestal conjuntas entre uma equipe técnica recrutada e coordenada pelo PIB/CEDI⁽⁹⁾, objetivando construir um plano diretor de manejo de recursos naturais renováveis da AI Xikrin do Cateté, cujos passos já efetuados aparecem resumidos mais adiante.

A constante interlocução mantida com os Xikrin nesse período, permitiu também que se avançasse na compreensão do significado político das atividades de exploração do mogno. Até então, as explicações dadas ao envolvimento Xikrin (e dos Kaiapó em geral) na exploração madeireira possuíam nítido caráter funcionalista, ecoando nos discursos de funcionários da Funai, de antropólogos e até dos próprios chefes indígenas, que atribuíam o fato simplesmente à necessidade de bens e serviços básicos que o Estado, embora legalmente responsável, não era capaz de satisfazer.

No caso dos Xikrin do Cateté essa explicação era ainda mais flagrantemente débil, uma vez que, diferentemente dos demais grupos Kaiapó, eles usufruem desde 1982 de um sistema especial de assistência básica (saúde, educação e infra-estrutura) pago pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), através de um convênio assinado com a Funai, por tempo indeterminado, que lhes garante mensalmente, a partir do ano de 1991, US\$ 9,000, administrados, porém, pela Funai⁽¹⁰⁾.

Há outros aspectos relevantes para se entender o estilo Kaiapó de inserção ativa no modelo regional predatório: o primeiro, e mais óbvio, é que tal modelo é o único com o qual, até o momento, interagiram, tornando-se assim "naturalizado" aos olhos dos índios, além do assédio constante que a coalizão de interesses que move a exploração madeireira exerce sobre os chefes Kaiapó. Mas, ainda do ponto de vista Kaiapó, há outros valores em jogo, como a afirmação da sua identidade étnica perante os não-índios, o controle direto sobre recursos monetários e bens sem passar pela assistência tutelada da Funai e, o que é muito importante, a competição política e por prestígio entre as chefias das diferentes comunidades e, dentro de cada uma, entre as facções que tradicionalmente conformam a sua organização social.

Do inventário ao plano de manejo

Em 1991 foi iniciado um inventário florestal⁽¹¹⁾ na parte sul da Área Xikrin do Cateté, com a participação da comunidade Xikrin, que designou alguns de seus membros para participarem ativamente de todo trabalho⁽¹²⁾. Atoro, Kangore, Kauire e Kaikure deram contribuições valiosas na identificação e classificação das espécies inventariadas, o que reforçou o interesse e uma maior compreensão por parte de toda a comunidade a respeito dos possíveis desdobramentos do projeto. Além disso, a comunidade Xikrin colocou à disposição da equipe o seu avião e um veículo utilitário.

Em 1992, após muitas discussões internas, os Xikrin retiraram de sua área as madeiras e assinaram uma procuração autorizando o NDI a entrar com uma ação de danos ambientais contra as empresas Perachi e Bannach. A ação civil pública proposta no dia 31 de maio de 1993, teve liminar concedida no dia 5 de abril de 1994, proibindo a exploração de madeira por terceiros.

Em 1993, duas equipes compostas por engenheiros florestais, pedólogos, antropóloga, mateiros e com a participação de alguns Xikrin, deram prosseguimento ao inventário dos recursos madeireiros e não-madeireiros e do potencial dos castanhais da Área⁽¹³⁾. No ano de 1993, os Xikrin resistiram às pressões e não houve exploração madeireira na área.

Neste mesmo ano, atendendo solicitação do PIB/CEDI, técnicos da ONG Ecotec, com sede em Recife, fizeram um estudo de viabilidade econômica para a exploração da castanha-do-pará⁽¹⁴⁾. Em dezembro, quatro índios Xikrin, acompanhados pela antropóloga, visitaram a cooperativa de beneficiamento de castanha-do-pará dos seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre.

Até o momento, já foram realizadas as seguintes pesquisas e análises, a caminho de um plano diretor de manejo de recursos florestais renováveis da Área:

- 1 - Caracterização física, que incluiu, através de análise de imagem de satélite e levantamento de campo, uma descrição dos solos e da vegetação;
- 2 - Mapeamento preliminar da cobertura vegetal;
- 3 - Mapeamento preliminar dos solos;
- 4 - Mapeamento da hidrologia e topografia;
- 5 - Zoneamento preliminar, definindo a área de preservação permanente e refúgio de fauna, área de adensamento florestal e monitoramento, área de subsistência e das aldeias, área de exploração da castanha-do-pará, área de manejo dos recursos florestais madeiráveis;
- 6 - Estudo de viabilidade econômica do potencial de castanha-do-pará;
- 7 - Definição do potencial madeireiro, atual e futuro; e
- 8 - Definição do tamanho da unidade anual de corte (1.000 ha), do ciclo de manejo (50 anos) e das espécies a serem aproveitadas e definição de diâmetro mínimo.

O estudo dos produtos comercialmente madeiráveis e potenciais para o futuro está sendo realizado por um engenheiro florestal, especialista nesta área⁽¹⁵⁾. O mapeamento da cobertura vegetal, da topografia e da hidrologia da área Xikrin foi elaborado e financiado pelo PIB/CEDI⁽¹⁶⁾.

Neste ano de 1994 estão sendo realizados:

- 1 - o inventário total a 100% da unidade de 1.000 ha, incluindo o censo total e parcelas permanentes para monitoramento pós-exploratório;
- 2 - o micro-zoneamento desta área definindo topografia, marcação das árvores-mães, dos caminhos a serem abertos e das zonas de proteção (rios, nascentes, topografias acentuadas);
- 3 - o acompanhamento, através de vídeo, das pesquisas de campo evidenciando a metodologia empregada e as discussões com os índios; e
- 4 - o estudo de mercado madeireiro nos níveis regional, nacional e internacional.

Com estes estudos realizados pretende-se finalizar um Plano Diretor de Manejo do Patrimônio Florestal da Área Indígena Xikrin do Cateté, incluindo a possibilidade de

exploração dos recursos madeireiros e o apoio técnico-administrativo para a exploração da castanha-do-pará, para o ano de 1995.

Perspectivas

O que se busca atualmente com o desenvolvimento e a construção de um projeto alternativo é a sustentabilidade de um padrão de relações mais justas e dignas entre a sociedade Xikrin e a sociedade nacional. No contexto da construção de um projeto com os Xikrin, percebemos que multiplicam-se as relações diferenciadas entre núcleos familiares, com objetivos particulares e grupos de categorias de idade ou grupos de metades com lideranças. É importantíssimo entender que estes são mecanismos da própria sociedade Xikrin. O conhecimento destas diferentes instâncias de agrupamentos, da mobilidade, das mediações e dos mecanismos reguladores das diferentes esferas sociais e políticas é de suma importância.

O projeto que estamos desenvolvendo não pretende privilegiar um grupo mas a sociedade Xikrin como um todo, respeitando as instituições e estruturas da organização social própria do grupo.

Trocando em miúdos, o conhecimento da organização social nos leva a pensar, e discutir com os índios, numa associação, instituição exógena ao grupo, que incorpore as instituições, chefias, mecanismos reguladores de conflitos, que sejam endógenos à sociedade Xikrin.

Está em andamento uma discussão com os Xikrin de uma associação, ponto chave para uma autogestão do projeto, que incorpore as instituições tradicionais Xikrin, suas chefias e os mecanismos reguladores dos conflitos. Incorporar, sob forma de conselho, tanto as chefias mais velhas da aldeia, que possuem o papel de conselheiros e apaziguadores de disputas, por excelência, mas também as lideranças jovens, que representam os sistemas de metades e, por último, as chefias das diferentes categorias de idade. Caberá à associação administrar as necessidades advindas da comunidade como um todo, que poderíamos denominar de bens comunitários, e deverá também suprir as necessidades das "casas" ou famílias extensas.

Os direitos dos índios não decorrem da sua suposta condição natural de "guardiões" dos segredos da floresta, mas sim da sua condição específica como povos diferenciados. O que se deve entender é que de certa forma não há possibilidade de colaboração mútua entre ambientalistas e sociedades indígenas, se não conseguirmos responder ou direcionar nossas atividades para o desenvolvimento diferenciado e a autonomia destes povos.

No que se refere aos Xikrin nosso apoio estará direcionado para os seguintes pontos:

- 1 - Buscar a aprovação legal e o amparo jurídico para a execução do projeto;
- 2 - Criação da Associação Xikrin e definição das formas de apoio financeiro e institucional;
- 3 - Apresentar diretrizes para a produção sustentada de madeira e castanha-do-pará;
- 4 - Apresentar diretrizes para a preservação e estudos da biodiversidade e da manutenção dos recursos hídricos;
- 5 - Buscar condições ou características de aproveitamento florestal para o "mercado verde";
- 6 - Controlar e fiscalizar a exploração florestal a ser realizada nos cinco primeiros anos;
- 7 - Estabelecer normas para aproveitamento florestal sustentado;
- 8 - Estabelecer uma metodologia para avaliar os impactos da exploração florestal possibilitando a melhoria dos trabalhos e definição da área piloto a ser manejada;
- 9 - Definir os critérios silviculturais e de monitoramento;
- 10 - Pesquisar comparativamente a área de exploração com manejo florestal e a área de exploração seletiva;
- 11- Selecionar e capacitar a equipe de campo em técnicas de corte e arraste, normas de aproveitamento sustentado e ecologia da floresta;
- 12 - Estudar a ecologia das espécies mais importantes e mais

abundantes da área;

13 - Estudar a etnobotânica e os conhecimentos tradicionais das espécies e sua utilização pelos Xikrin;

14 - Definir o modelo de manejo para a área, com as informações geradas e ao longo do desenvolvimento do projeto;

15 - Promover e realizar a médio prazo a integração vertical do projeto, aumentando o valor agregado dos produtos a serem explorados; e

16 - Acompanhar através de vídeo toda a metodologia de trabalho de campo e as discussões com os Xikrin.

Notas

- (1) O Programa Povos Indígenas no Brasil (PIB/CEDI) foi criado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação em 1978. Com o processo de "encerramento com multiplicação" do CEDI (1993/94), o PIB e seus projetos especiais, incluindo o Xikrin do Cateté, migraram progressivamente para o Instituto Socioambiental, criado em março de 1994.
- (2) O NDI, Núcleo de Direitos Indígenas, criado em 1989, com sede em Brasília, encerrará suas atividades como tal no final de 94 e se incorporará ao Instituto Socioambiental.
- (3) See Verswijver, G. (1992), Coudreau (1897:204) mentioned two groups living north of the Irã âmranh-re and called them Chicrís (Xikrin) and Purucarus (Purukarwyt or Putkarôt). Later, two more names were used: Djor-re and Porekry (Porekrô). In the 1940s and 1950s, the two subgroups as mentioned by Coudreau were commonly referred to as Xikrin and Djo-re. In the literature, four designations thus appeared whereas only two sub-groups seemed to exist. It took years before this confusing situation was cleared up. Fuerst (1967:19) first reported that Xikrin and Djo-re were not two different groups, but one and the same subgroup. A few years later, Vidal (1977:25-42) gave a detailed survey of Xikrin history. In a way she confirmed Fuerst's observation, but added that the ancestral group called Porekry or Porekrô split up into two groups: one called Kôkôrekre and which separated into two villages (Mebumtire and Xikrin/Djo-re, which both became extinct by the beginning of this century); and another called Purukarwyt, the ancestral group from which the contemporary Kaiapo groups in the area of the Itacaiunas and the Bacajá Rivers are descendants. In addition, Verswijver reconstruction of Kayapo history revealed that other Kaiapo groups used the terms Djo-re and Porekry (porekrô) to refer to the Xikrin and Purukarwyt, respectively. The original version as proposed by Coudreau seems to be, therefore, very accurate, despite the early date of his observations. Thus, in fact only the Purukarwyt still survive. Yet, since the name Xikrin is still in common usage in ethnographic literature and current reports.
- (4) Para um quadro geral e detalhado da sociedade Kaiapó, ver as monografias de VIDAL, 1977; TURNER, 1966; LEA, 1986 e VERSWIJVER, 1992.
- (5) Esse encontro, organizado pelas lideranças Kaiapó das várias comunidades com apoio do PIB/CEDI, reuniu por uma semana na cidade amazônica de Altamira, no curso médio do Rio Xingu, estado do Pará, cerca de 450 Kaiapó e mais 150 representantes de outros grupos indígenas da Amazônia brasileira, para protestar contra um megaprojeto do governo federal brasileiro que planejava construir um complexo hidrelétrico no Rio Xingu, com grande impacto socioambiental. Tendo ocorrido casualmente dois meses após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, o Encontro de Altamira se transformou num marco brasileiro e planetário em defesa dos índios e da Amazônia e no cruzamento entre ambientalistas, índios e suas organizações de apoio, com enorme interesse e divulgação da mídia nacional e internacional.
- (6) No Brasil, quando se fala em demarcação de terras indígenas, trata-se, em primeira instância, de uma definição jurídica materializada na Constituição Federal em vigor, aprovada em 1988, e na legislação específica. No que se refere à Constituição Federal, artigo 231, são reconhecidos aos índios direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, destinadas a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Houve uma ampliação dos direitos dos indígenas, reconhecendo sua organização social, seus usos, costumes, religiões, línguas e crenças. O conceito constitucional de terra indígena, inclui não só aquelas necessárias à habitação, mas à produção, preservação do meio ambiente e as necessárias à reprodução física e cultural; e, a Constituição admite a existência de direitos coletivos, seja reconhecendo a organização social indígena, seja atribuindo à comunidade direitos como o de opinar sobre o aproveitamento de recursos naturais, especialmente minerais, para o que exige a prévia anuência do Congresso Nacional; proíbe ainda a remoção de grupos indígenas, dando ao Congresso Nacional a possibilidade do estudo das eventuais e estabelecidas exceções; inova conceitualmente, abandonando uma perspectiva assimilacionista que entende os índios como uma categoria puramente transitória, destinada a desaparecer com o tempo e estabelece o compromisso do Ministério Público na defesa dos direitos e interesses indígenas. No que se refere à legislação específica, o projeto de novo Estatuto das Sociedades Indígenas aprovado em 28 de junho de 1994, pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados - e que ainda será submetido ao Senado Federal e às etapas ulteriores do processo legislativo, cristaliza algumas formulações, tais como:
 - 1- a proteção dar-se-á sobre os direitos e bens coletivos das sociedades e comunidades indígenas;

- 2- passam a ser detalhadamente protegidas em lei as obras e conhecimentos indígenas passíveis de serem comercialmente apropriados por terceiros, inclusive através de patenteamento;
 - 3- estabelece que as normas gerais de proteção ao meio ambiente aplicam-se às terras indígenas;
 - 4- ficam protegidos, também, os recursos biogenéticos existentes em terras indígenas do assédio de terceiros para fins comerciais ou industriais;
 - 5- as atividades de mineração em terras indígenas ficam subordinadas às condições estabelecidas pela Constituição Federal e pela legislação minerária e ambiental. A garimpagem é privativa dos Índios. Empresas de mineração poderão se habilitar à pesquisa e lavra se cumprirem um conjunto de condições e procedimentos fixados pelo Estatuto;
 - 6- a exploração de madeira em florestas naturais existentes em terras indígenas só poderá ser feita através de empreendimentos dos próprios índios, sob rigoroso conjunto de condições técnicas, ambientais, de fiscalização e de aplicação dos recursos obtidos.
- (7) Análise elaborada para a ação civil pública pedida pelo Núcleo de Direitos Indígenas.
 - (8) Cálculos elaborados a partir do relatório sobre o levantamento de danos causados à área Xikrin do Cateté, por exploração madeireira. Documento do Ministério do Interior/Fundação Nacional do Índio - janeiro de 1990.
 - (9) Equipe constituída pelo engenheiro florestal Virgílio Viana/ESALQ-USP (orientador dos trabalhos de campo), engenheira florestal Sandra Pavan/ESALQ-USP (trabalho de campo), engenheiros florestais Hilton Thadeu do Couto, Carlos Vettorazzi Vinicius Castro Souza, todos da ESALQ/USP (análises dos dados de campo) e pela antropóloga Isabelle Giannini (coordenadora do projeto).
 - (10) Convênio Xikrin/CVRD/FUNAI n. 453/89 que tem por objetivo o cumprimento da obrigação assumida pela CVRD na letra "e", do artigo 3 da Resolução 331/86 do Senado Federal, que é a de amparar as populações indígenas existentes nas proximidades da área de 411.984,87 ha na província Mineral de Carajás, no município de Parauapebas (PA).
 - (11) A primeira fase dos trabalhos, de reconhecimento preliminar da área e interlocução com a sociedade Xikrin sobre o quê e como fazer, foi realizada em 1991 e financiada com recursos do projeto "Estudos de zoneamento ecológico na área indígena Xikrin do Cateté" apresentado pelo PIB/CEDI e aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente/Semam.
 - (12) Com a equipe de engenheiros florestais da ESALQ/USP.
 - (13) A segunda fase do inventário florestal para a produção de castanha-do-pará e produtos madeiráveis, foi realizada no ano de 1993 e financiada diretamente pelo Convênio Xikrin/CVRD/Funai. Esta fase incluiu também o estudo de solo realizado por pedólogos da ESALQ-USP.
 - (14) O estudo de viabilidade econômica da produção de castanha-do-pará pela Ecotec foi financiado também por um projeto do PIB/CEDI ao Fundo Nacional de Meio Ambiente/Semam
 - (15) Engenheiro florestal Igor Mousaskilcoshvily JR.
 - (16) Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto - PIB/CEDI.

Fontes

ALMEIDA, M. W. B. Dilemas da Razão Prática: Simbolismo, Tecnologia e Ecologia na Floresta Amazônica. In Anuário Antropológico, Brasília, UnB/Tempo Brasileiro, 1986.

ANDERSON, A; MOUSASTICOSHVILY, I e MACEDO, D. Impactos Ecológicos e Sócio-Econômicos da Exploração de Virola no Estuário Amazônico. WWF, 1994

BAMBERGER, J. Environment and cultural classification: a study of the Northern Cayapó. Tese mimeografada de doutoramento. Cambridge, Mass.

CEDI. O "Ouro Verde" das Terras dos Índios. Exploração empresarial de madeira de lei em áreas indígenas da Amazônia brasileira. São Paulo, CEDI, 3a edição revista, 1993. (Há uma tradução para o inglês da 2ª versão, março de 1993).

CEDI. Projeto de processamento e comercialização de castanha do pará na área indígena Xikrin do Cateté. São Paulo, CEDI, 1994.

COUDREAU, H.. Voyage au Tocantins-Araguaia. Paris, 1897.

ECOTEC. Estudo para implantação de projeto de processamento descentralizado de castanha do pará - Reserva indígena Xikrin do Cateté. 1994. Documento não publicado.

GIANNINI, I. A ave resgatada: a impossibilidade da leveza do ser. Dept. de Antropologia/FFLC/USP, 1991. Dissertação de mestrado.

GIANNINI, I. Os Índios e suas Relações com a Natureza. In: Índios no Brasil (Luís Donisete B. Grupioni, org). São Paulo, SMC, 1992.

GIANNINI, I. Sociedade e Meio Ambiente: um estudo de caso. In: Sociedades indígenas e transformações ambientais. Série Universidade e Meio Ambiente, 6/UFPA, 1993.

GIANNINI, I. Relatório de acompanhamento do Projeto Xikrin. São Paulo, CEDI, 1993.

LEA, V. Nomes e Nekrets Kaiapó: uma concepção de riqueza. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1986. Tese de doutorado não publicada.

NDI. Informativo NDI (5), jan/abr 1994.

NDI. Informativo NDI (6), mai/jul 1994.

PAVAN, S. Subsídios para a elaboração de um plano de manejo em regime de rendimento sustentado do patrimônio florestal dos índios Xikrin do Cateté. São Paulo, CEDI, 1993. Documento não publicado.

PAVAN, S. Subsídios para a elaboração de um plano de manejo em regime de rendimento sustentado do patrimônio florestal dos índios Xikrin do Cateté (2ª fase): relatório de atividades de diagnóstico e inventário florestal. São Paulo, CEDI, 1994. Documento não publicado.

PIB/CEDI. O mogno Kaiapó. In Aconteceu Povos Indígenas no Brasil 87/90. São Paulo, CEDI, 1991a. p. 312-315.

PIB/CEDI. "Operação Ouro-Gorotire" financia assistência e consumo em estilo Kaiapó. In Aconteceu Povos Indígenas no Brasil 87/90. São Paulo, CEDI, 1991b. p. 310-311.

POSEY, D. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (kaiapó). In Suma Etnológica Brasileira - Etnobiologia, Berta Ribeiro (org.). Ed. Vozes/Finep, 1986.

_____. Etnoentomologia de tribos indígenas da Amazônia. In *Suma Etnológica Brasileira - Etnobiologia*, Berta Ribeiro (org.). Ed. Vozes/Finep, 1986.

SANTILLI, M. O Sábio, os índios e a miséria. Manuscrito, 1994.

TEIXEIRA, C. S. Avaliação dos danos causados pela exploração madeireira nas Áreas Indígenas Araweté/Igarapé Ipixuna, Apyterewa e Trincheira-Bacajá (Pará). São Paulo, CEDI/Funai, 1993. Relatório não publicado.

TURNER, T. Social structure and political organization among the Northern Cayapo. Harvard University, 1966. Tese de doutorado não publicada.

TURNER, T. Os Mebengokre Kaiapó: História e Mudança Social. De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: *História dos Índios no Brasil* (org. Manuela Carneiro da Cunha). São Paulo, Ed. Fapesp/SMC/Companhia das Letras, 1992.

UHL, C. et alii. Impactos sociais, econômicos e ecológicos da exploração seletiva de madeiras numa região de fronteira na Amazônia oriental: o caso de Tailândia. 1990. manuscrito

UHL, C. et alii. Uma avaliação preliminar da suscetibilidade das espécies madeireiras aos impactos da exploração na região Amazônica. manuscrito

VIANA, V.; GIANNINI, I. & PAVAN, S. Subsídios para a elaboração de um plano de manejo em regime de rendimento sustentado do patrimônio florestal dos índios Xikrin do Cateté-Pará. São Paulo, CEDI, 1991. Documento não publicado.

VIDAL, L. Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os Kaiapó-Xikrin do rio Cateté. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1977. 268p.

VIDAL, L. & GIANNINI, I. Xikrin do Cateté exploram madeira. E são explorados por madeireira. In *Aconteceu Povos Indígenas no Brasil 87/90*. São Paulo, CEDI, 1991. p. 315-318.

VERISSIMO, A. et alii. Impactos da atividade madeireira e perspectivas para o manejo sustentável da floresta numa velha fronteira da Amazônia: o caso de Paragominas. Instituto do Homem e o Meio Ambiente da Amazônia/ EMBRAPA. manuscrito.

VERSWIJVER, G. The Club-Fighters of the Amazon. Warfare among the Kaiapo Indians of Central Brazil. Gent, Rijksuniversiteit, 1992.